

Ano 18, Vol. XVIII, Núm.2, jul-dez, 2025, pág. 257-272.

Uma leitura de *Beiradão* sob a ótica do amazonialismo

A reading of *Beiradão* from the perspective of Amazonialism

Alan de Souza Prazeres¹

Anyelle Samy Costa de Oliveira²

RESUMO

Este artigo objetiva detalhar uma leitura da obra *Beiradão*, de autoria de Álvaro Maia, a partir do conceito de Amazonialismo. Esse neologismo foi cunhado pelo pesquisador Gerson Rodrigues de Albuquerque (2016), no verbete *Uwakürü: dicionário analítico*, em que o pesquisador define tal conceito como “conhecimentos” ou narrativas que inventa, descreve, classifica, cataloga, analisa de forma supostamente objetiva e mesmo científica a “Amazônia”. Nesse sentido, o romance literário *Beiradão* é composto em seu texto por descrições e narrativas acerca de um território criado na obra que é denominado beiradão. Assim, a partir da leitura da obra e de reflexões sobre outros escritos como os de Pizarro (2012), Nenevê e Sampaio (2015) e Gondin (1994), torna-se possível problematizar a natureza inventiva e a abordagem colonial existente no romance, de modo que seja possível subverter a linguagem e evocar a cultura, a linguagem e a vida de todos aqueles que não se deixam categorizar e essencializar por uma palavra.

Palavras-chave: Beiradão; Amazonialismo; Linguagem;

ABSTRACT

This research aims to detail a reading of the work *Beiradão*, by Álvaro Maia, based on the concept of Amazonianism established by researcher Gerson Rodrigues de Albuquerque (2016). In the entry *Uwakürü: analytical dictionary*, the researcher defines this concept as “knowledge” or narratives that invent, describe, classify, catalog, analyze in a supposedly objective and even scientific way the “Amazon”. In this sense, the literary novel *Beiradão* is composed in its text by descriptions and narratives about a territory created in the work that is called beiradão. Thus, from reading the work (Maia, 1999) and reflecting on other writings such as those by Pizarro (2012), Memmi (1967) and Gondin (1994), it becomes possible to problematize the inventive character existing in the novel, so that it is possible to subvert the language and evoke the culture, language and life of all those who do not allow themselves to be categorized and essentialized by a word.

Keywords/Palabras clave: Beiradão; Amazonialism; Language.

¹ Mestre em Letras, Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutorando em Letras, Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: alan.prazeres@sou.ufac.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9621-2179>.

² Mestra em Letras, Universidade Federal do Acre (UFAC). Doutoranda em Letras, Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: anyelle.oliveira@sou.ufac.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8367-8786>.

INTRODUÇÃO

O uso da linguagem humana permite a criação de invenções acerca de tudo que há no universo. A invenção do conceito de Amazônia remete aos séculos XV a XVIII quando viajantes europeus iniciaram uma era de viagens pelo continente americano com fins de exploração científica. Esse análogo processo inventivo foi desenvolvido por meio do livro *Beiradão*, de autoria de Álvaro Botelho Maia (1893-1969), texto em que o autor descreve e narra um território inventado, aqui denominado beiradão.

Neste artigo, é pedagógico indicar o traço diferenciador entre o livro *Beiradão* e o lugar denominado beiradão: para referências ao romance literário aqui objeto de análise, utilizaremos a grafia com a inicial maiúscula - Beiradão; por outro lado, para referências ao local, lugar ou território em que a obra é ambientada, utilizaremos a grafia com letra minúscula - beiradão.

Este texto tem como objetivo discutir o romance literário *Beiradão*, sob a ótica do conceito de amazonialismo, neologismo criado e definido pelo historiador Gerson Rodrigues de Albuquerque, no dicionário *Uwakürü: dicionário analítico* (2016). Nessa produção, o pesquisador define amazonialismo como “um conjunto de ‘conhecimentos’ ou narrativas que inventa, descreve, classifica, cataloga, analisa de forma supostamente objetiva e mesmo científica a “Amazônia” (2016, p. 78).

As reflexões aqui apresentadas nasceram das discussões acerca do uso das línguas e das linguagens como meio de se relacionar com o mundo e nele construir culturas, linguagens e identidades. Assim, o livro aqui tomado como materialidade humana, torna-se uma fonte de discussões sobre processos discursivos sobre a Amazônia e sobre o território denominado beiradão inventado discursivamente na obra. É importante também destacar que este artigo focaliza essa questão por considerá-la fértil sob esse material bem como sob outras materialidades que fomentam discussões sobre a linguagem humana. De todo modo, ainda que de forma embrionária, o texto aqui apresentado considera válida a existência de outras possibilidades para tais discussões sobre a mesma obra, sendo possível expandi-la e aprofundá-la em outras publicações.

A primeira parte deste artigo encontra aporte teórico em Neide Gondin para discutir acerca das missões colonizadoras que invadiram e inventaram o conceito que hoje conhecemos por Amazônia. A obra *A Invenção da Amazônia* (1994) colabora para elencar os principais movimentos da colonização na região, bem como os modos como essas missões inventaram ideias, imagens e textos a partir de inspirações bíblicas e mitológicas, por exemplo. Para esse

panorama acerca da invenção de um conceito de Amazônia, utilizamos também os escritos de Ana Pizarro, principalmente com sua obra *As vozes do Rio* (2012). Ainda nessa primeira seção, discutiremos o neologismo amazonialismo, a partir da definição estabelecida pelo pesquisador Gerson Albuquerque (2016) bem como os processos de significação que envolvem essa palavra.

Num segundo momento, apresentamos resumidamente a biografia do autor do livro aqui analisado, para articular como as influências políticas e literárias promoveram a escrita da obra. Ainda nesta seção, descrevemos sucintamente a obra *Beiradão*, indicando sua composição, enredo e personagens principais.

Em seguida, apresentamos a seção metodológica que permitiu a elaboração desse estudo bem como a seção de resultados, em que apresentamos como uma leitura da obra *Beiradão*, pode ser realizada a partir de uma perspectiva amazonialista, na qual identificamos excertos como resultados da pesquisa. Por fim, apresentamos considerações finais e considerações que permitem expandir e aprofundar outras questões para o futuro.

O QUE É AMAZONIALISMO?

Antes da apresentação da definição do vocábulo amazonialismo é necessário elaborar um retrospecto histórico que remonta ao processo de colonização sob o qual o lugar que hoje denominamos Amazônia foi submetido. Conforme apresenta a estudiosa Ana Pizarro, a Amazônia foi “construída por um pensamento externo a ela. Ela tem sido pensada, em nível internacional, através de imagens transmitidas pelo ideário ocidental, europeu” (Pizarro, 2012, p. 31).

Nesse entendimento, observa-se que as missões colonizadoras nessa região promoveram processos discursivos que utilizaram a linguagem como principal motor para construir um pensamento geral e homogêneo acerca do que é a Amazônia. Assim, ainda de acordo com Pizarro, a “ocupação da Amazônia, entre o século 15 e final do século 18, incluindo a primeira parte do século 19, está marcada por um intenso discurso europeu” (Pizarro, 2012, p. 38).

Esse discurso europeu foi o responsável por inventar, delimitar e categorizar tudo que era observado pelos viajantes exploradores por meio da elaboração de relatórios dessas expedições. Aqui destaca-se o levantamento histórico elaborado pela pesquisadora Neide Gondin, por meio de obra *A Invenção da Amazônia* (1994), cujos objetivos principais são desconstruir a ideia de que o espaço que hoje denominamos Amazônia foi descoberto e contextualizar os modos de invenção desse conceito.

Para isso, Gondin argumenta que o nome e a ideia Amazônia foram inventadas, daí o título do livro, considerando relatos escritos por viajantes europeus que penetraram a região entre os séculos 15 a 19, indicando as expedições de Frei Gaspar de Carvajal (1541-1542), La Condamine (1637) e outros viajantes como Cristóvão de Acunã, Louis Agassiz, Alexandre von Humboldt, Francisco de Orellana e Pedro Teixeira, responsáveis por esses pensamentos inventivos que influenciam historicamente os pensamentos sobre a Amazônia.

Essa invenção discursiva, fruto da colonização europeia, propositalmente desconsiderava a existência de todos os povos e tudo mais que já existia nessa região e tinha como principal fonte de criatividade os imaginários bíblicos, da Idade Média e do lúdico. Por isso, a formação da ideia de Amazônia foi calcada de modo paradoxal pois enquanto esses viajantes eram motivados pelo desejo da conquista de novos territórios, por outro lado, esperavam - e não encontravam - a mesma estrutura europeia “nos povoados, nas vilas ou na mata fechada; seja na precariedade do serviço de transporte, na impontualidade dos remeiros nativos, na preguiça, ociosidade, improdutividade e alcoolismo do ameríndio (Gondin, 1994, p. 138).

Por isso, a partir de uma perspectiva da ressignificação da palavra Amazônia, o pesquisador Gerson Rodrigues de Albuquerque elaborou a definição do neologismo *amazonialismo*, considerando um conjunto de

“conhecimentos” ou narrativas que inventa, descreve, classifica, cataloga, analisa de forma supostamente objetiva e mesmo científica a “Amazônia”, produzindo-a como um lugar no mundo da expansão dos impérios e do imperialismo: uma “Amazônia” ou a “Amazônia”, grafada pela escrita de distintos viajantes desde o advento da “modernidade” [...] inventando e catalogando seus povos, rios, fauna e flora, fabricando identidades e fronteiras “amazônicas” e “não amazônicas”, fabricando e introjetando narrativas de diferentes sujeitos (pessoas físicas e jurídicas) que partem da ideia ou da palavra/conceito Amazônia como um todo homogêneo, referência de lugar, identidade, vivência ou existência de incontáveis seres humanos e não humanos, naturais e não naturais (Albuquerque, 2016, p. 77).

Nesse sentido, o uso desse termo está relacionado “às leituras críticas de uma ampla produção de textos, obras e imagens de diferentes áreas do conhecimento, cujos temas/objetos têm como foco a ‘Amazônia’ ou a ‘Pan-Amazônia’ (Albuquerque, 2016, p. 80-81). Dessa forma, o emprego desse termo norteia um modo de ler criticamente as manifestações de linguagem produzidas em múltiplos contextos amazônicos, a exemplo do livro *Beiradão*, aqui analisado.

A histórica Era das Descobertas acarretou a descoberta de novos lugares e configurou-se como uma representação forjada em arquétipos preconceituosos, embasados em um viés colonizatório que direcionou todos os processos de invasão nesses lugares que hoje denominamos Amazônia. O processo de ocupação estrangeira da região e os relatos dos primeiros invasores contêm retratos de seres fantásticos, com gente estranha e muita riqueza, a partir de referências à mitologia clássica que fabrica a Amazônia como um Novo Mundo (Gondin, 1994).

Essas descobertas produziram, por exemplo, muitas narrativas que historicamente difundidas fabricaram outras subjetividades, apagaram ou eliminaram violentamente as línguas indígenas, as memórias, as culturas e as histórias, pelas quais é possível observar o processo de construção da ‘região amazônica’ como um lugar pronto, a partir da vinculação a uma essência pela qual tudo surge definido e pré-dado, bem como tudo que dele deriva.

Nesse sentido, *Beiradão* é construído a partir da pluralidade de posições ideológicas, exatamente como um cenário em que se pode observar o acontecimento da luta de forças entre várias posições ideológicas, considerando a localização histórica, social, geográfica e cultural na qual foi elaborado. Por isso, no entendimento de Ishii e Albuquerque (2018), o diálogo “com relatos de viagem pode significar estabelecer conexões sobre a auto-imagem de viajantes naturalistas em processos de afirmação identitária no jogo de imagens a partir do qual eles se “revelavam” na perspectiva de revelar o “outro”, o “estranho”, “exótico”, “desconhecido”, “não civilizado”.

Dessa forma, para a compreensão dessas ideias sobre a Amazônia, é necessário primeiramente investigar as circunstâncias pelas quais esse discurso sobre a região foi constituído, em específico os modos como certas culturas amazônicas eram inventadas, partindo de escritos dos primeiros viajantes até autores modernos como o próprio Álvaro Maia, homem nascido e criado na região, o que não livrou de uma postura menos amazonialista, mas sim baseada na reprodução de estereótipos criados nesse contexto colonial.

A partir da exploração e da ocupação do que hoje chamamos de Amazônia, imbuídos em discursos que forjadamente criam uma narrativa de civilização e de descoberta diversas, foram construídas historicamente imagens, metáforas e relatos sobre a sociedade e sobre a natureza, o que colaborou para inventar uma Amazônia enquanto região homogênea, reduzida a um conceito estabelecido por europeus e descendentes que saíam de seus velhos mundos rumo

ao novo mundo que, por ser desconhecido, não existia e só passa a existir quando é representado, com predominante associação à barbárie, ao atraso e ao exotismo.

Dessa forma, contrapondo-se à postura amazonialista, que contamina as práticas de linguagem humana na e sobre o que hoje denomina-se Amazônia, são necessárias posturas de reflexão e contestação que subvertem e questionem as essências e as homogeneidades associadas às múltiplas pessoas, subjetividades, modos de vida, culturas e linguagens que habitam esse espaço, alterando os modos de ver a vida.

Um dos caminhos para essa contraposição é, nas palavras de Nenevê e Sampaio (2015), reimaginar a Amazônia, descolonizar a escrita sobre a região, realocando os debates sobre a Amazônia e evitando “os rumores externos que se impõem sobre os internos”, ressignificando as definições e conceitos sobre a região (Nenevê; Sampaio, 2015, p. 20-21).

ÁLVARO MAIA E SEU LIVRO *BEIRADÃO*

Álvaro Botelho Maia (1893-1969) nasceu e viveu parte da infância no Seringal Goiabal, no município de Humaitá (AM). Em sua vida acadêmica, porém, foi enviado pelos pais para estudar em instituições tradicionais e localizadas em centros econômicos do país à época, inicialmente sendo aluno do curso superior da Faculdade de Direito do Ceará (1913) e na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, no Rio de Janeiro (1917), conforme informa Ramos (2016).

Em 1918, após concluir a formação acadêmica em Direito na então capital federal, mudou-se para Manaus e dedicou-se à atuação de escritor em jornais da cidade, a exemplo do *A Imprensa* e *Jornal Comércio*. A partir desse destaque como escritor nos jornais, obteve reconhecimento público por sua atuação, dedicou-se à produção de textos políticos o que o fez ganhar notoriedade entre os políticos da época e acarretou sua ida para o mundo da política.

Em 1930, após liderar movimento que objetivava o reconhecimento de uma política regionalista e a parte dos movimentos nacionalistas, Maia adquire proximidade ao então presidente Getúlio Vargas e por isso, torna-se um *longa manus* do então presidente que o nomeia Interventor Federal do Amazonas, até 1933.

Em 1935 é nomeado novamente por Vargas com o Interventor Federal, permanecendo no cargo por 10 anos seguidos, até 1945, conforme indica Santos (1999, p. 47). Maia ainda retorna ao Governo do Amazonas entre os anos de 1951 a 1955, por meio do voto de sufrágio universal, momento em que pela primeira vez alcança o poder pelo voto popular. A partir de

sua atuação política notável, Maia na função de escritor destacou-se na literatura amazonense em 1943, quando já era um político consagrado e publicou seu primeiro livro intitulado *Na Vanguarda da Retaguarda*, que reunia crônicas relativas à campanha pelo aumento da produção da borracha, como informa Baze (1998).

Em 1954, após anos de uma ascendente carreira política, Maia amarga uma inédita derrota nas eleições estaduais em que disputou o governo do Amazonas contra o também humaitaense Plínio Ramos Coelho (1920-2001). A decisão foi por um autoexílio no Seringal Goiabal, local de seu nascimento, em que tinha como objetivo a “busca da identidade cabocla”, conforme defende Eloína Monteiro dos Santos em *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. Manaus: Edua, 1997.

Esse período de retorno ao seringal fomentou a escrita e a publicação de obras relacionadas a essa temática, com destaque para as produções: *Gente dos Seringais* (1954), *Buzinas dos Paranás* (1958), *Beiradão* (1958) e *Banco de Canoa* (1963). Neste artigo utilizamos como objeto de análise o texto do livro *Beiradão*, publicado inicialmente em 1958, no Rio de Janeiro, pela editora Borsoi e posteriormente em 1999 (Ed. da Universidade do Amazonas) e em 2019 (Ed. Valer).

Figura 1 – Edições de *Beiradão* em 1958, 1998 e 2019.



Fonte: Ed. Valer (2025).

As figuras acima mostram as capas das edições publicadas em 1958, 1998 e 2019, em que demonstram, por si só, as perspectivas sobre a Amazônia em cada uma das edições. A primeira imagem é da edição do livro lançada em 1958 e tem como plano central o caboclo, personagem inventado a partir de um estereótipo do “homem nativo” que abre clareiras em

meio à vegetação da floresta, considerado por Maia como um herói do desbravamento da Amazônia. É fundamental destacar que essa primeira edição foi lançada no Rio de Janeiro em 1958 e conta com uma apresentação de Ferreira de Castro (1898-1974), autor da obra *A Selva* (1930). Na segunda edição, lançada em 1998, observa-se que a capa contém uma janela construída sob a arquitetura europeia que invadiu as cidades na fase da *Belle Époque* e por meio dela avista-se um caminho de terra que leva a casarão na beira do rio, sendo possível interpretá-lo como um dos cenários da obra, uma contraposição entre a riqueza das cidades e a simplicidade dos rios. Na terceira edição publicada em 2019, a capa do livro ganha traçados minimalistas, em que é possível observar o desenho de um casebre coberto de palha, uma árvore na qual se amarra canoas, todos esses elementos dispostos sob uma vastidão de águas. É preciso indicar que utilizamos as três versões desse romance para as análises deste artigo.

Nas páginas iniciais do livro, antes mesmo da divisão dos capítulos, um texto de apresentação inicia a viagem pelo beiradão, descrevendo que

Intitula-se beiradão a margem dos rios principais, onde se fizeram os primeiros desbravadores e permaneceram os seus descendentes. Aí se encontram grandes seringais e castanhais, sem a riqueza e a fartura dos afluentes de águas-pretas, assim como povoados e sedes municipais. Navegável durante o ano inteiro, embora com pedras e baixios no verão, serve para distribuir mercadorias e armazenar a produção, conduzida em gaiolas e motores para os centros importadores (Maia, 1999, p. 23).

Essa descrição inicial indica o beiradão como uma categoria de um espaço que emerge como um elemento de fundamental relevância, inicialmente pelo título da obra que já localiza o leitor no local em que as histórias a serem contadas no livro ocorrem. A definição apresentada no texto indica que o lugar denominado beiradão está nas margens dos rios principais, em que foi possível os desbravadores e seus descendentes se fixarem devido - não de modo ingênuo - à existência de grandes castanhais e seringais, povoados e sedes municipais. Além disso, o lugar chamado beiradão tem a função comercial de distribuição das mercadorias que percorrem os rios da região e serem também de armazém para as produções de produtos, como castanha e borracha.

A obra é composta por três grandes partes, nomeadas por elementos detalhados dentro dos próprios textos: I Bamburral; II Serras e Centros e III Beiradão que são subdivididos em 26 subcapítulos nomeados com as letras do alfabeto. Em Bamburral (de A a K), há a descrição de uma “sociedade em formação (...) na aparência, era serena, como uma orquestração de sanhaços, mas por outro lado, oscilavam em ousadias e ambições” (Maia, 2019, p. 161). Nesses

capítulos o leitor é apresentado à dimensão histórica em que o romance é construído, tendo como pano de fundo as questões relacionadas à exploração da borracha, mostrando a chegada à região de personagens importantes a obra, tais como Fábio Moura, Firmo Segadais e Padre Silveira, como representantes dos desbravadores da Amazônia. Ao fim desse capítulo, o protagonista, Fábio Moura, deixa a Amazônia e retorna ao Ceará.

Em Serras e Centros (de L a T) há uma representação entre o auge e o declínio da Seringueira - *Hevea brasiliensis* L -; pois o protagonista da obra, mesmo após retornar ao Ceará, decide voltar para a Amazônia, considerando que “contraíra o vírus dos bamburrais” (Maia, 1999, p. 171) e por isso decide atravessar os tempos do declínio da borracha. Para isso, Fábio Moura, o protagonista, torna-se proprietário de pequenos seringais e de outras plantações e culturas, liderando um movimento de resistência comercial, social e humana à crise da borracha que forjou a saída de muitas pessoas dos seringais, promoveu a fome e conflitos sociais, formando plantações de café, cacau, árvores frutíferas e roças, criação de gados, suínos e galinhas. Alguns, julgando-se mais atilados, gracejavam dessas atividades sertanejas dizendo que “seria melhor enveredar pelo Machado, arrendar seringais e voltar rico” (Maia, 1999, p. 200).

O último capítulo do livro é intitulado Beiradão (de U a Z) e ilustra ao leitor o cenário amazônico pós-declínio da borracha, mostrando os modos pelos quais os homens que iniciaram esse ciclo se aproveitam da terra pela exploração predatória e não criaram vínculos nos momentos da crise, abandonando o local. Esse capítulo funciona para mostrar o movimento de retirada dos homens que trabalhavam na atividade com a seringa, especialmente os seringais localizados “no alto”, como Machado, o Jamari e o Preto, numa referência geográfica aos rios mais distantes em relação aos rios considerados mais centrais.

Os seringais mais pobres, localizados nos rios menores tornaram-se roças para seringueiros, ocasionando a permanência de inúmeros deles, apesar da crise. Após o capítulo final do livro encontra-se um Glossário, em que Maia reúne alguns dos principais verbetes do livro, com a intenção de facilitar a compreensão do texto por aqueles que leem o livro.

O fim do livro narra a redenção desse lugar, para explicar como, mesmo após o fim da cultura da borracha, o lugar ainda permaneceu vivo, pelas pessoas e por outras culturas plantadas. Assim, a obra termina mostrando que os ciclos econômicos se vão mas a sociedade que surge após o declínio da borracha e suas consequências sociais, financeiras e culturais desse episódio torna-se uma sociedade ‘galvanizada pelo sofrimento’ (Maia, 1999, p. 104).

METODOLOGIA

Este artigo tem como referencial teórico-metodológico que versam sobre a Amazônia e que colaboram para a identificação dos sentidos produzidos para essa região, considerando-a não como um dado pré-existente mas sim como uma categoria teórica construída por meio da articulação entre linguagem e história.

A observação de textos como materialidades discursivas permite a investigação das ideias sobre o lugar que hoje denominamos Amazônia, bem como, principalmente, dos modos pelos quais esse conceito foi construído historicamente como o foi. Assim, a partir da leitura de autores como Gerson Albuquerque (2016), Ana Pizarro (2012), Miguel Nenevê e Sonia Sampaio (2015), além de Neide Gondin (1994), torna-se possível articular essas leituras à materialidade discursiva aqui analisada, qual seja, o romance literário *Beiradão*, do escritor amazonense Álvaro Maia.

A partir de leituras e seleção de excertos que contenham ideias sobre a Amazônia, foi possível articular teoria ao texto, promovendo as reflexões estabelecidas. Os excertos foram selecionados a partir de critérios de qualidade, considerada aqui como aderência aos debates nos quais os teóricos aqui indicados participam. As pesquisas qualitativas, no entendimento de Minayo (2012), possibilitam que o pesquisador tenha contato direto com seu objeto de estudo e por isso confira à pesquisa uma importância fundamental aos significados transmitidos no estudo. Dessa forma, tornou-se possível descrever alguma das ideias contidas no livro acerca da Amazônia, não se pretendendo esgotá-las, elencar os fenômenos linguísticos que constituem a obra aqui analisada e observar o desenvolvimento da linguagem humana a partir da ressignificação de conceitos construídos ao longo da história.

ANÁLISES E RESULTADOS

A partir da leitura e seleção de excertos do texto de *Beiradão*, é possível articular as ideias contidas no romance com as ideias articuladas por pesquisadores como Albuquerque (2016), Gondin (1994) e Pizarro (2012), promovendo múltiplas interpretações sobre esse objeto de estudo.

Inicialmente, torna-se fundamental evocar o fato de que mesmo sendo natural de Humaitá/AM, cidade que funciona como referência urbana em toda obra, esse fato não garante uma representação real ou não caricata das histórias reunidas na obra. Nas palavras de Lima

(2009, p. 91) “a particularidade que cabe a Álvaro Maia é ter conhecido o mundo do seringal não como alguém que vem de fora, mas que nasceu nele”.

Apesar de ter nascido nessa região, Maia opta por criar em sua obra uma Amazônia calcada na ideia de vazio existencial, pois é possível encontrar no livro um excerto como “o Amazonas não pode permanecer mataria cheia de bichos e carapanãs. Derrubar é civilizar nos primeiros tempos (p. 85). Assim, entende-se, por uma perspectiva antropológica e social, que o lugar so será de fato um lugar caso e quando for habitado por pessoas humanas, de um nível de urbanidade considerável. Por outra perspectiva, a ecológica, é possível considerar que a derrubada dessa mataria demonstra uma - ou a falta de uma - consciência ecológica que entendia a floresta como um obstáculo ao desenvolvimento da região. Assim, a Amazônia mostra-se como um lugar “inventado como parte do projeto colonial-moderno, que difundiu a noção de vazio para sonhar cartografias e inventar regiões essencializadas” (Albuquerque, 2016, p. 79).

Acerca da questão da autoria dos relatos que constituem a obra, Maia atribui se exime de ser o autor das narrativas que são o substrato do romance e por isso destaca que as histórias que compõem a obra são de autoria coletiva (de moradores, pescadores, seringueiros) e foram reunidas pelo desejo de falar sobre os processos bárbaros pelos quais foram submetidos nos processos de “descobrimento” do que hoje delimita-se como Amazônia “onde se desenrolaram cenas de holocaustos e dramas lancinantes, no período da conquista, em fins do século XIX e começo do XX” (Maia, 1999, p. 23). Assim, apesar de evitar o tom infernista pelo qual grande parte das obras sobre a região amazônica eram representadas, Maia acaba por fazê-lo de modo amazonialista, inventando uma Amazônia que só existe enquanto sua representação subjetiva.

Assim, o termo beiradão torna-se uma categoria utilizada para designar uma região do mundo que é tomada como um dado em si, como se existisse desde sempre, existindo antes das narrativas históricas que lhe teceram os fios de sentido ou os difundem como uma coisa natural, nas palavras de Albuquerque (2016, p. 81). Ademais, a obra inicia-se já com a definição pronta do que é beiradão, na perspectiva de criação do espaço como um pré-dado, como se tal definição fosse de conhecimento universal. Em um movimento contrário a essa homogeneização, é fundamental destacar que a “Amazônia não estava ali, desde sempre, como obra da natureza” (Albuquerque, 2016, p. 80) mas é uma criação da linguagem colonizadora.

Outro aspecto fundamental e necessário a ser discutido é o estabelecimento de uma dualidade margem *versus* centro. Em sua descrição inicial, Maia indica que “(...) Intitula-se beiradão a margem dos rios principais (...) Aí se encontram grandes seringais e castanhais, sem

a riqueza e a fartura dos afluentes de águas-pretas, assim como povoados e sedes municipais” (Maia, 1999, p. 23). Assim, o autor cria uma relação entre o urbano, a cidade, a civilização, a modernidade *versus* o atrasado, incivilizado, rústico, vindo de lugares distantes, para mais uma vez, inventar uma região atrasada, distante das margens dos rios principais, e dos grandes seringais e castanhais, em que a pobreza predomina.

Maia, outra vez, recorre a um argumento amazonalista, conforme a definição indicada por Albuquerque (2016), estabelecendo a relação entre centro-civilização e margem-atraso. Por isso, Maia descreve o beiradão como um lugar no qual não há condições para o desenvolvimento de uma sociedade racional e apta para adaptar-se ao meio, considerando o fato de que “havia tranquilidade na pobreza, a fartura na relatividade, a comprovação da vida no interior verde, afastando o tabu da vida unicamente apegada ao extrativismo” (Maia, 1999, p. 171).

Além disso, verifica-se num excerto do livro “em margens daquela incerteza, fincava a fé em qualquer barranco. Mais umas remadas e estaremos em Humaitá. A pequena vila surgia e era um grito de civilização” (Maia, 1998, p. 181). Nesse trecho da obra, verifica-se que o autor fala por meio de seus personagens, evidenciando como à época os centros, mesmo aqueles menores, como no caso do município de Humaitá, essa relação entre centro-margem era explicitamente estabelecida.

Nesse debate, a fala da pesquisadora Ana Pizarro é fundamental quando diz que “a Amazônia é uma região cujo traço mais geral é o de ter sido construída por um pensamento externo a ela (Pizarro, 2012, p. 31), pois todas essas invenções discursivas inserem essa categoria Amazônia como vinculada a conceitos de teor pejorativo, a exemplo das afirmações que descrevem a Amazônia como sinônimo de atraso, exótico e desconhecido.

Assim, o uso desses adjetivos que reduzem e diminuem o que hoje chamamos Amazônia acarreta a construção de ideias pré-concebidas, tal como ainda hoje a Amazônia foi construída, pela historiografia greco-romana, a partir da construção das Índias (Gondin, 1994).

Assim, a descrição das vilas em que moram os personagens da obra são sempre semelhantes, caracterizadas pela pobreza, pela fome e pela localização próxima ao rio, remetendo à lógica nessa lógica colonial, textos como esse são “textos com elementos em comum, cujas relações representam as formas dos imaginários da sociedade europeia em determinadas condições de existência” (Pizarro, 2012, p. 33). Ademais, a significativa parte dessas localidades, é nomeada por topônimos positivos, a exemplo de Bom Destino, Firmeza,

Lago das Maravilhas, Milagres, Boa vida, Paraíso, Boa Esperança, fato que se torna contraditório frente ao cenário de pobreza em que seus moradores viviam.

Esse debate dualístico sobre centro *versus* margem promove a diferenciação entre os que habitam as margens dos grandes rios (Madeira, Preto, Jamari) daqueles que habitam as margens dos rios menores, do bamburral, dos lagos e igarapés distantes, a partir de itens como alimentação, moradia, imaginário e relatos orais. Maia ilustra seu texto com inúmeras diferenciações entre os habitantes dessas beiradas: os seringais maiores e mais produtores recebiam tratamento prioritário em comparação aos seringais menores e por isso, menos produtores. Além disso, os itens de avaliação, as armas para defesa ou ainda as diversões eram mais caras àquelas localidades mais distantes, pois “os custos variavam de acordo com o grau de dificuldade de acesso: os itens tornavam-se mais caros para os seringais localizados nas áreas de difícil acesso, como aquelas nos altos rios ou dos rios com cachoeiras” (Reis, 1997, p. 174).

Assim, nessa lógica cosmopolita, uma pessoa nascida nos rios é uma pessoa ribeirinha; já uma pessoa nascida na beira do rio é beira ou beradeira, pois vem do mais interior dos lugares, de um lugar de difícil acesso em que ainda carece de ser habitada de civilização, humanidade e urbanidade. É fundamental destacar também que essas palavras não são novas e já carregam sentidos múltiplos nessa “lógica republicana de ‘integração’ e ‘modernização’ pautadas em modelos de intervenção que contam com apoio de empresas ávidas pela exploração/mercantilização da natureza (...) nisso se assentou e tem se assentado as políticas de desenvolvimento regional” (Albuquerque, 2016, p. 83). Em outras palavras, naturaliza-se uma retórica da integração nacional e da modernização amazônica pautadas por intervenções exploratórias que visam à mercantilização da natureza, inspirado nas palavras de Albuquerque (2024, p. 7).

Em outro excerto da obra, o texto mostra que “igrejas, coletorias, casas comerciais são marcos apressados de civilização” (Maia, 1998, p. 155), para referir-se ao fato de que quanto mais estabelecimentos comerciais ligados à economia da época, mais próxima à vida cosmopolita o local seria e por isso, mais desenvolvido e sociável. Ainda nessa visão determinista, o ‘vir’ ou o ‘ser’ do beiradão é equivalente e a ser incapaz de compreender a vida nos centros urbanos, mesmo que sejam em cidades amazônicas localizadas nas beiradas dos rios. A esses espaços são associados adjetivos de atraso ou progresso, de paraíso ou inferno, de desenvolvimento ou de primitivismo, conceitos que carregam consigo representações positivas e negativas, pois quanto mais próximo uma localidade existir do núcleo urbano, cosmopolita e

por isso, civilizado for essa localidade, mais será interpretada como um bom lugar, a partir de uma visão determinista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a observação de excertos como os anteriormente levantados, observa-se que a constituição da obra *Beiradão* encontra-se calcada em ideais amazonialistas, pois fabrica estereótipos deterministas e homogêneos para representar em suas páginas as pessoas, os territórios, as subjetividades, as culturas e as identidades que existem e que não podem ser apagadas ou consideradas homogêneas. A lógica colonial historicamente considerou, com base num determinismo geográfico, que tudo que advém do centro urbano, civilizado e humano é superior àquilo que vêm de outros lugares.

A representação do espaço beiradão em *Beiradão* acontece a partir do estabelecimento de diferenças entre as áreas urbanas e não urbanas, a colocação da seringa e a vila dos moradores, o barracão e o rio, a margem e o centro, o rio e a beira do rio, trazendo consigo características para essas áreas e tudo que delas advém, tal como as pessoas, as culturas e as linguagens. Assim, verifica-se que apesar de tratar-se de uma obra escrita por autor da Amazônia, o texto não escapa da lógica colonizadora, pois culmina na invenção de um espaço construído a partir de pessoas, lugares e culturas que remetem às descrições elaboradas pelos viajantes das primeiras incursões pela região.

Isso acontece pois considerável parcela de autores da região amazônica ainda nos dias de hoje, mesmo diante escritos que ajudam a entender os momentos de pós-colonização no Brasil e na Amazônia, produz obras literárias considerando que a Amazônia só começou a existir após ter sido descoberta pela colonização a partir do século XV, momento em que foi inserida na lógica do capitalismo que a engoliu como objeto a ser conhecido e explorado, sob o argumento da modernização e urbanização. Nos dias de hoje essa visão ainda permanece, no interno de desenvolvimento regional que sob a égide da melhoria da vida força um desenvolvimento regional para as cidades e para as pessoas, a partir de técnicas como o reflorestamento, os créditos de carbono, manejo florestal, inovação no uso de recursos naturais entre outros meios. Ao considerar a Amazônia como um dado sempre existente, incorre-se no erro de apagar tudo que já existia antes e na espúria valorização da colonização como marco temporal imaginário da chegada do progresso e da civilização.

Por outro lado, como propositura para o pensamento e a produção de outras interpretações que abandonem posturas amazonialistas como as existentes em *Beiradão*, é fundamental questionar a pré-concebida relação entre as palavras e as coisas, refutando um imaginário sobre a Amazônia que evoque automaticamente um conjunto de imagens histórica e frequentemente disseminadas sobre a região.

Assim, observa-se que uma leitura de *Beiradão*, a partir de uma ótica amazonialista permite questionar os resquícios da colonização em manifestações da linguagem humana, como no caso da literatura e mais importante ainda, a emergência na representações da Amazônia sem considerar esse conceito como um dado em si.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Gerson R. de. Amazonialismo [verbete]. In: ALBUQUERQUE, Gerson R. de; SARRAF-PACHECO, Agenor. **Uwa'kürü: dicionário analítico**. v. 1. Rio Branco: Nepan, 2016. p. 73-96.

ALBUQUERQUE, Gerson R. de. **Amazonialismo Revisitado**. In: Muiraquitã: revista de Letras e Humanidades. Jul-Dez. v. 12, n. 2, 2024. Disponível em <<https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/8211/4916>> Acesso em maio. 2025.

BAZE, Abrahim Sena. **Álvaro Maia, memórias de um poeta**. 4ª edição. Manaus: Novo Tempo Ltda. 1998.

GONDIM, Neide. Dos bamburrais aos beiradões. In: Maia, Álvaro. **Beiradão**, 1999, p. 9.-19

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1994.

ISHII, Raquel Alves; ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **William Chandless: literatura de viagem, memória e imagens amazônicas no século XIX**. Revista Igarapé, v. 11, n. 1, 2018, p.129-140. Disponível em <<https://periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/view/3382/2352>>. Acesso em jun. 2025.

LIMA, Lucilene Gomes. **Ficções do Ciclo da borracha**. Ed. EDUA; Manaus, 2009.

MAIA, Álvaro Maia. **Beiradão**. Organizado por Tenório Telles e estudo crítico por Neide Gondim. 2ª ed. rev. Manaus: Editora Valer / Editora da Universidade do Amazonas, 1999. Série Coleção Resgate, 3. 387 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Mª C. de S. (Org) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012

NENEVÉ, Miguel; SAMPAIO, Sonia Maria Gomes. **Re-Imaginar a Amazônia, descolonizar a escrita sobre a região**. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues et al (Orgs). **Leituras e Amazônias: colonização e descolonização**. Rio Branco: NEPAN, 2015.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização**. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

RAMOS, Paula Miranda de Sousa. **Ressonâncias da política na literatura amazonense**. 2016. 245f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. 2 ed. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Edua, 1997.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1999.

Submetido em: 01 de junho de 2025.

Aprovado em: 27 de junho de 2025.

Publicado em: 01 de julho de 2025.

Autoria

Autor 1

Nome: Alan de Souza Prazeres
Instituição: Universidade Federal do Acre (UFAC)
E-mail: alan.prazeres@sou.ufac.br
País: Brasil

Autor 2

Nome: Anyelle Samy Costa de Oliveira
Instituição: Universidade Federal do Acre (UFAC)
E-mail: anyelle.oliveira@sou.ufac.br
País: Brasil